

Smart Sampa vigia, mas não protege:

falta de evidência na redução
de crimes e aumento da produtividade
policial na cidade de São Paulo



PUBLICAÇÃO ACESSÍVEL
PARA APLICATIVOS DE LEITURA

Ficha Técnica

O PANÓPTICO: MONITOR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

EQUIPE CESEC

Coordenação Geral:

Julita Lemgruber, Silvia Ramos e Pablo Nunes

EQUIPE PANÓPTICO

Coordenador: Pablo Nunes

Consultor Especial: Bruno Pantaleão

Coordenação de Pesquisa: Thallita Lima

Pesquisadoras:

Yasmin Rodrigues e Thais Gonçalves Cruz

Voluntários de Pesquisa:

Rodrigo Raimundo da Silva e Gabriel Leite

Coordenadora de Comunicação: Bianca Alcântara

Assistente de Comunicação: Ana Carolina Aguiar

Coordenador de Design: Renato Cafuzo

Designer Assistente: Rafael Lira

Como Citar

PANTALEÃO, Bruno; NUNES, Pablo. Smart Sampa vigia, mas não protege: falta de evidência na redução de crimes e aumento da produtividade policial na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: CESeC, 2025.

Smart Sampa vigia, mas não protege: falta de evidência na redução de crimes e aumento da produtividade policial na cidade de São Paulo

Bruno Pantaleão e Pablo Nunes

1. Introdução

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo tem funcionado como um laboratório para o programa Smart Sampa. Segundo o prefeito Ricardo Nunes, as câmeras de reconhecimento facial seriam uma resposta eficaz para reduzir os indicadores de criminalidade e aumentar a segurança da população. No entanto, essas promessas não se confirmam nos dados. Este estudo avaliou o impacto do programa sobre alguns dos principais indicadores criminais, além de métricas de produtividade policial, e não encontrou efeitos estatisticamente significativos. Embora os resultados indiquem que o programa falha em cumprir os objetivos anunciados pela Prefeitura, isso não significa que as câmeras não possam gerar outros efeitos, como aumento da sensação de segurança ou apoio a investigações, aspectos que, embora relevantes, não foram objeto desta análise.

Durante a cerimônia de inauguração da Central de Monitoramento do programa Smart Sampa, o prefeito da Cidade de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que a iniciativa ["É uma etapa de combate à criminalidade com o uso da tecnologia, com o comprometimento do Estado, da Prefeitura e a participação da sociedade civil"](#). Em Janeiro de 2025, após seis meses de operação da central de monitoramento, o prefeito declarou em entrevista que o Smart Sampa ["É um sistema que tem sido muito importante para tirar de circulação as pessoas criminosas e poder dar para a cidade uma segurança maior"](#). Passado mais de um ano, qual o efeito do uso das câmeras de reconhecimento facial na segurança pública da cidade de São Paulo?

O programa Smart Sampa está envolvido em polêmicas desde o seu início. No primeiro edital do projeto, a prefeitura listou a necessidade de que [as câmeras identificassem cenas de "vadiagem"](#), expediente jurídico utilizado historicamente para perseguir pessoas negras no pós-abolição. Organizações da sociedade civil e partidos políticos questionaram [o projeto que foi embargado pelo Tribunal de Contas do Município](#), mas os efeitos da decisão duraram pouco tempo. O Consórcio que venceu o edital de R\$588 milhões para instalar 20 mil câmeras [foi liderado por uma empresa indiciada em caso de corrupção](#).

Superando todos os obstáculos, [o programa Smart Sampa tem custado aos cofres do município milhões de reais por mês](#) e impactado a vida dos cidadãos na maior cidade

brasileira, transformando-se no carro-chefe do prefeito Ricardo Nunes em sua ambição de conquistar o governo do estado nas eleições de 2026. Como parte da propaganda política, o prefeito instalou um totem com informações sobre o número de prisões efetuadas com a ajuda das câmeras de reconhecimento facial. [O “prisômetro” demonstra indicadores como número de prisões em flagrante e dados do número de prisões efetuadas por dia.](#) Tal medida sintetiza o que o prefeito entende por Segurança Pública: aumentar o número de prisões e controlar a circulação da cidade, estratégias de higienização e vigilância massiva.

Mesmo com o discurso oficial de eficácia desse modelo de segurança pública, relatos de erros graves começaram a surgir. Nos primeiros meses de 2025 alguns casos de erros de identificação das câmeras do Smart Sampa seriam conhecidos pela população. Entre os casos conhecidos, um [policia militar fardado foi identificado erroneamente pelas câmeras](#), [um jardineiro voluntário de uma Unidade Básica de Saúde \(UBS\)](#) e [uma mulher grávida, que teve seu parto de forma prematura](#) pelo estresse e medo que a detenção injusta causou. Os vieses de identificação desses sistemas de reconhecimento facial, principalmente para pessoas negras, já [são conhecidos](#) e [bem documentados](#), mas mesmo assim autoridades pelo Brasil tem negligenciado esse potencial de discriminação algorítmica. Esses erros não são apenas dos algoritmos utilizados, mas também podem decorrer da desatualização dos bancos de dados, que mantêm registros de pessoas que já não deveriam constar como procuradas, resultando em abordagens e detenções indevidas.

Em resumo, câmeras do programa Smart Sampa têm sido vendidas como solução para os problemas de segurança pública da população de São Paulo e uma forma de aumentar o cumprimento de mandados de prisão em aberto, [ao custo de quase R\\$10 milhões por mês](#) e com casos preocupantes de erros de identificação.

Em junho de 2025, a prefeitura de São Paulo divulgou relatório de transparência com alguns dados importantes registrados durante seis meses de operação das câmeras. Foram 1.153 foragidos presos com o auxílio das câmeras e 275 crimes foram solucionados com as imagens produzidas pelo videomonitoramento. Os erros se dividiram em 4 categorizações: a) 53 pessoas foram conduzidas para averiguação e liberadas por ausência de baixa de mandados do banco de dados da Justiça, ou seja, o banco de dados estava desatualizado, situação que já causou outros casos de detenção injusta; b) 6 pessoas foram conduzidas para averiguação e liberadas após inconsistências cadastrais; c) 23 pessoas foram conduzidas para averiguação e liberadas e ; d) 11 pessoas foram liberadas após a abordagem.

É importante reconhecer que a divulgação do relatório de transparência da Smart Sampa é um avanço, tendo em vista [a total falta de transparência de projetos de reconhecimento facial já mapeadas pelo projeto O Panóptico](#). Mas ainda é pouco, dado os

riscos que essa tecnologia possui, o alto gasto do orçamento público destinado à compra e manutenção das câmeras e dos sistemas e tendo em vista os princípios da boa gestão dos serviços públicos.

Mas ainda falta responder uma pergunta. Já sabemos o número de pessoas levadas à justiça com o auxílio das câmeras da Smart Sampa, já sabemos o número de pessoas erroneamente apontadas pelas câmeras e tivemos contato com outros números de investigações facilitadas e percentual de assertividade do sistema. Contudo, nenhum número foi apresentado pelo prefeito para comprovar que as promessas que fundamentaram a criação da Smart Sampa foram respondidas, a saber: o programa está reduzindo o número de crimes e melhorando os indicadores de criminalidade da cidade? Esse recorte analítico se dedica exatamente a trazer dados sobre o impacto das câmeras da Smart Sampa em alguns indicadores criminais mais característicos e que são usados normalmente como aproximações de um contexto de criminalidade de um local (furtos, roubos e homicídios), bem como analisando os números de mandados de prisões cumpridos e prisões efetuadas em flagrante. Em resumo, o que demonstramos é que não é possível comprovar que as câmeras do projeto Smart Sampa, que tem custado milhões ao contribuinte de São Paulo, estão produzindo efeitos na segurança pública.

O texto está dividido em 3 partes mais a inclusão de 2 apêndices com mais dados e testes de robustez dos modelos. A primeira seção explica, de maneira didática, a lógica por trás da metodologia utilizada para a análise; depois apresentamos os dados e os métodos utilizados. Em seguida, discutimos os resultados, tanto para os indicadores criminais, quanto para os indicadores de produtividade policial, e incluímos uma conclusão que sumariza os resultados encontrados, seguindo a lógica da avaliação quantitativa.

Quando conduzimos uma avaliação quantitativa de política pública buscamos, de maneira geral, mensurar o tamanho do impacto de uma política em indicadores de interesse. Na maioria dos casos, para que isso seja feito de forma adequada, é necessário que haja um grupo de comparação. Isso porque, precisamos saber se quaisquer mudanças nos indicadores foram causadas pela implementação da política ou estão ocorrendo por outros motivos.

No caso da Smart Sampa, uma análise meramente descritiva dos dados poderia sinalizar que o programa está levando a um aumento/redução de algum crime específico. Contudo, como poderíamos afirmar que o aumento/redução foi causado pelo Smart Sampa e não por uma melhora de eficiência das polícias estaduais ou por mudanças no mercado de trabalho? Nesse caso, para aferirmos o efeito causal do Smart Sampa é necessário "controlar" por essas possíveis mudanças ocorrendo em outros municípios do Estado de São Paulo.

Por esse motivo, escolhemos comparar as delegacias da cidade de São Paulo com as delegacias em outras cidades no Estado de São Paulo. Como sabemos, a segurança

pública é majoritariamente gerida por agências com abrangência estaduais (Polícia Militar e Civil) e mudanças dificilmente são restritas a apenas um município. Nesse caso, contudo, como a adoção do Smart Sampa se dá apenas no município de São Paulo, podemos compará-la, por meio de técnicas econométricas, com cidades similares e verificar se as mudanças observadas na cidade de SP podem ser atribuídas ao programa.

Nesse caso, os resultados nos mostram que o programa Smart Sampa não fez nenhuma diferença nos indicadores analisados. Embora o programa mobilize grandes somas de recursos públicos de forma direta, além de mobilizar incontáveis horas de trabalho de guardas municipais e outros agentes da segurança, o programa Smart Sampa não reduziu crimes (furtos, assaltos ou homicídios) e nem aumentou o número de cumprimento de mandados judiciais (apreensões de criminosos foragidos).

2. Dados e Métodos

O programa Smart Sampa [começou em fevereiro de 2024](#), com foco no uso de reconhecimento facial para a segurança pública na cidade de São Paulo. Para avaliarmos seus efeitos, comparamos índices criminais, além dos chamados “índices de produtividade policial” na cidade de São Paulo com a evolução dos índices em outros municípios do Estado de São Paulo.

Os dados utilizados na análise foram coletados diretamente do site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP). A comparação é feita entre as delegacias localizadas na cidade de São Paulo, onde existe o Smart Sampa, e as delegacias de todas as outras cidades do estado, que servem como grupo de controle por não terem sido expostas ao programa. Em uma segunda especificação, removemos as cidades que fazem divisa direta com a cidade de São Paulo para evitar transbordamento direto de crimes.

A unidade de tempo usada na análise é o mês, e os principais indicadores de interesse são as taxas de furtos, roubos e homicídios; além do número de prisões em flagrante e por cumprimento de mandado judicial. Em todos os casos exploramos a maior janela de tempo disponível para os indicadores de interesse.

Para estimar o impacto do programa, utilizamos o método de Diferença em Diferenças (ou Difference-in-Differences, em inglês). Uma técnica estatística bastante usada para avaliar o impacto de políticas públicas ou programas sociais. A lógica central é simples: comparar a mudança de um indicador (como o nível de crime) ao longo do tempo entre dois grupos – um que foi afetado pela política (o grupo tratado) e outro que não foi (o grupo de controle). A ideia é que, se os dois grupos estavam seguindo trajetórias

parecidas antes da intervenção, qualquer diferença adicional na mudança ocorrida após a implementação da política pode ser interpretada como o efeito dessa política..

Os efeitos são apresentados no formato de event-studies (estudos de eventos), permitindo visualizar as mudanças ao longo do tempo, sempre em relação ao mês anterior ao tratamento. Para garantir que os grupos comparados fossem inicialmente semelhantes, condicionamos as tendência anteriores ao número total de crimes registrado nas delegacias antes da implementação. Todas as regressões foram ponderadas pela população de cada área, para ajustar as análises ao tamanho relativo de cada delegacia. Estimativas sem pesos populacionais obtiveram resultados muito similares. Passamos agora à apresentação dos principais resultados obtidos.

3. Resultados da avaliação de impacto do Smart Sampa

3.1. Efeito do Smart Sampa sobre crimes registrados

Tabela 1: **TENDÊNCIA ANTERIOR E ESTIMATIVAS DOS EFEITOS DO SMART SAMPA EM CRIMES NA CIDADE DE SP (resultados estimados por mês)**

| Desfechos | (1) Furtos | (2) Homicídios | (3) Assaltos |
|--------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|
| Tendência anterior | -95.48 (64.62) | -0.892 (1.623) | -27.42 (48.61) |
| DiD | 70.90 (92.57) | -0.549 (1.308) | 25.71 (68.13) |
| Observations | 25,974 | 25,974 | 25,974 |

*Erros padrões robustos em parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$*

A tabela apresenta os resultados da análise realizada para avaliar se o programa Smart Sampa teve algum impacto nos índices de crime na cidade de São Paulo, em comparação com o restante do estado. As três colunas mostram os resultados para três tipos diferentes de crime: furtos, homicídios e roubos (sempre em termos de taxa por 100.000 habitantes). A linha chamada "Tendência anterior" indica que, antes da implementação do programa, São Paulo vinha apresentando uma tendência estatisticamente similar ao resto do estado. Como os números dessa linha não são estatisticamente significantes (ou seja, não indicam uma diferença consistente), isso

sugere que, antes da política, os níveis de crime nas duas áreas estavam evoluindo de forma parecida.

Já a linha "DiD" mostra o efeito estimado do programa após a sua implementação. Por exemplo, o valor de 70,90 na coluna de furtos indica que, depois do início do reconhecimento facial, a taxa de furtos em São Paulo teria aumentado em relação ao que aconteceu no resto do estado, mas como o número é acompanhado de um desvio padrão alto (92,57) e não tem nenhum asterisco indicando significância estatística, essa diferença, portanto, não pode ser considerada estatisticamente confiável e deve ser entendida como zero. O mesmo vale para os homicídios e os roubos: os efeitos estimados são pequenos e estatisticamente imprecisos. Em resumo, a tabela sugere que, até o momento, não há evidência de que o programa de reconhecimento facial tenha tido qualquer impacto significativo sobre os níveis desses crimes na cidade de São Paulo, comparado aos outros municípios do Estado. No apêndice realizamos testes de robustez excluindo municípios vizinhos, com resultados similares.

O gráfico de event-study pode ser entendido como uma forma simples de visualizar o que aconteceu com os resultados (como os níveis de crime ou a produtividade policial) antes e depois da implantação do programa de reconhecimento facial em São Paulo. No eixo horizontal, temos o tempo, com vários pontos que indicam os meses antes e depois da implementação da política. No eixo vertical, vemos o tamanho da diferença entre São Paulo e o resto do estado em cada período, sempre comparando com o mês imediatamente anterior à adoção do programa (que serve como linha de base, ou seja, o ponto de referência).

Se as barras do gráfico incluírem a linha horizontal que representa o zero antes da implementação, isso indica que os resultados estavam evoluindo de forma parecida entre São Paulo e o resto do estado. Depois da implementação, qualquer subida ou descida clara e consistente em relação a zero indica o efeito que o programa teve nos indicadores analisados. Por exemplo, se o gráfico mostrar uma queda abaixo de zero depois da política, podemos interpretar que o reconhecimento facial ajudou a reduzir o crime em São Paulo em relação ao que aconteceu nas demais cidades do estado.

A análise dos gráficos de event-study mostra que nenhuma das estimativas mensais após a implementação do programa (representadas pelas barras da direita) é estatisticamente diferente de zero. Embora os pontos centrais estejam levemente acima da linha de base, os intervalos de confiança — representados pelas próprias barras — incluem o valor zero, o que indica ausência de efeito significativo. Em outras palavras, o impacto médio estimado do programa, mês a mês, não se distingue de zero, assim como o seu efeito agregado representado na tabela 1. Isso sugere que não há evidência de uma curva de aprendizado: mesmo após vários meses de operação, os indicadores não apresentam qualquer indicação de melhora associada ao programa.

Figura 1: Furtos (taxa por 100.000 habitantes)

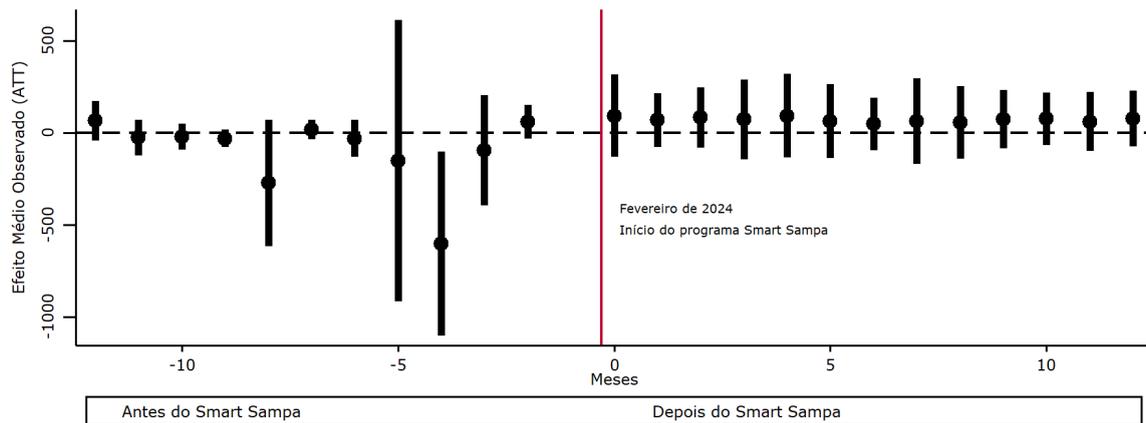


Figura 2: Assaltos (taxa por 100.000 habitantes)

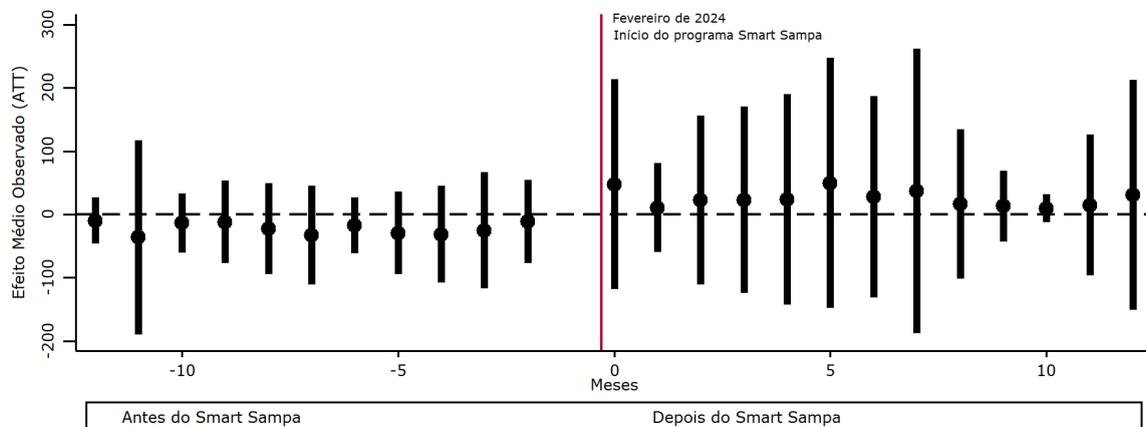
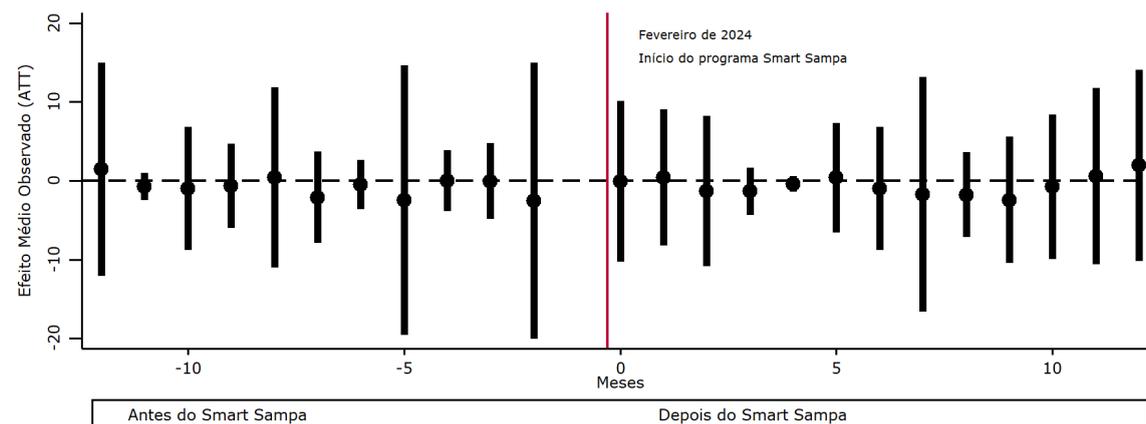


Figura 3: Homicídios (taxa por 100.000 habitantes)



Cada um dos gráficos confirma os resultados já apresentados na tabela 1: não houve mudança estatisticamente significativa nas taxas de crimes registrados na cidade de São Paulo a partir do início da operação do Smart Sampa.

3.2. Efeito do Smart Sampa sobre produtividade policial

A tabela abaixo apresenta os resultados da análise sobre o efeito do programa Smart Sampa na produtividade policial, medida por dois tipos de prisões: "prisões em flagrante" e "prisões por mandado judicial". A linha de "Tendência" indica se, antes da implementação do programa, havia diferenças na evolução desses indicadores entre a cidade de São Paulo e o restante do estado.

Tabela 2: **TENDÊNCIA E ESTIMATIVAS DOS EFEITOS DO SMART SAMPA NA PRODUTIVIDADE POLICIAL (resultados estimados por semana)**

| Desfechos | (1) Flagrante | (2) Mandado |
|------------------|----------------------|--------------------|
| Tendência | -0.466 (0.702) | 0.137 (0.258) |
| DiD | -0.604 (0.729) | 0.266 (0.256) |
| Observations | 53,486 | 53,486 |

*Erros padrões robustos em parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$*

Após a implementação do Smart Sampa, a linha "DiD" mostra os efeitos estimados do programa. No caso dos flagrantes, os resultados indicam pequenas quedas no número de prisões em São Paulo em comparação com o restante do estado, mas essas estimativas não são estatisticamente diferentes de zero, ou seja, não podemos afirmar que o programa teve qualquer impacto sobre a produtividade policial. O mesmo ocorre para prisões por mandado: os efeitos não se distinguem estatisticamente de zero.

Novamente, os gráficos event-study representam graficamente a falta de efeito das câmeras de reconhecimento facial na chamada produtividade policial. Apesar de comemorar o número de mais de mil foragidos presos com o auxílio do sistema, a análise demonstrou que esses números não representam uma mudança significativa no padrão que já vinha sendo observado na cidade de São Paulo, nem tampouco há diferenças quando comparamos os dados da cidade de São Paulo com outras cidades do estado. Em suma, não há evidências de que as câmeras adicionais e o reconhecimento facial tenham contribuído para uma melhoria nos indicadores de prisão em flagrante ou cumprimento de mandado em nenhum mês posterior à adoção do programa.

Figura 4: Flagrantes (taxa por 100.000 habitantes)

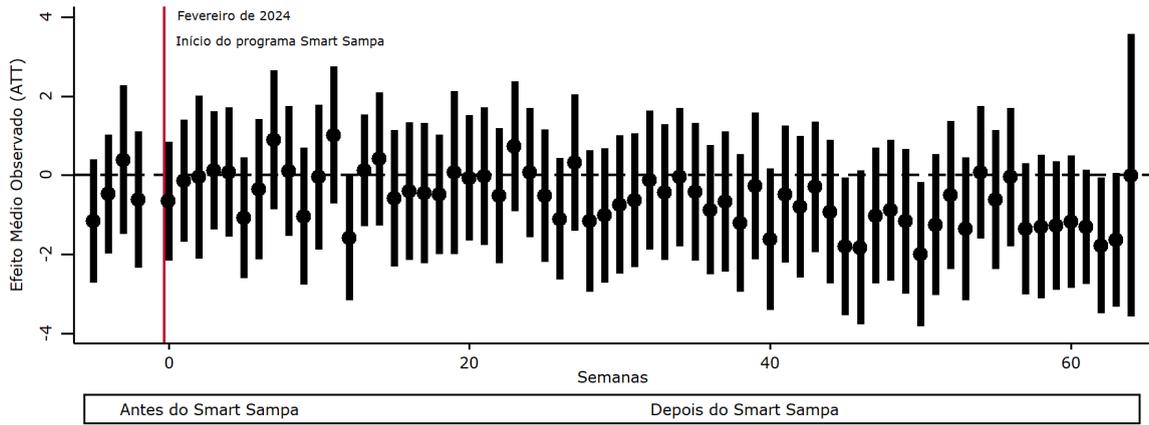
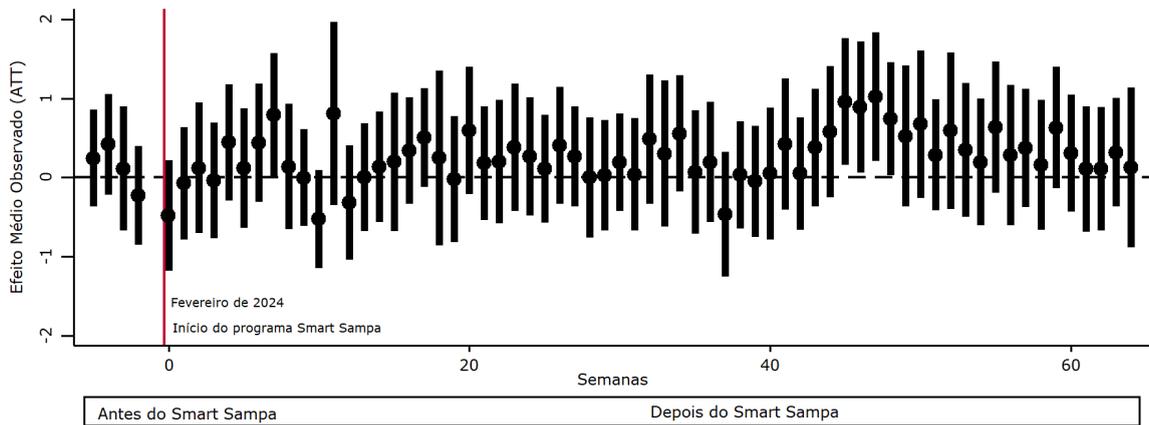


Figura 5: Mandados (taxa por 100.000 habitantes)



4. Conclusão

Os resultados apresentados ao longo deste estudo demonstram que o programa Smart Sampa, apesar de seu alto custo e da centralidade que ocupa na agenda política do prefeito Ricardo Nunes, não produziu efeitos estatisticamente significativos nos indicadores de criminalidade analisados (furtos, roubos e homicídios) nem tampouco na produtividade policial medida por prisões em flagrante ou por mandado judicial. A ausência de impacto mensurável, mesmo após um ano de operação e com uso massivo de recursos públicos e agentes de segurança, sugere que o reconhecimento facial tem sido mais eficaz como instrumento de propaganda política do que como política pública baseada em evidências.

Além disso, os erros de identificação documentados, a falta de regulação específica e o histórico de vieses raciais associados a esse tipo de tecnologia levantam preocupações sérias sobre o custo social do programa. A narrativa de que o Smart Sampa combate o crime e aumenta a segurança não se sustenta diante dos dados. Em um cenário de escassez orçamentária e serviços públicos precarizados, é urgente reavaliar prioridades: a segurança pública deve ser pensada a partir de políticas eficazes, com base em evidências e respeito aos direitos fundamentais, não em soluções tecnológicas que promovem vigilância massiva sem resultados concretos.

Apêndice A: Metodologia

Diferença-em-diferenças

O método de Diferença-em-Diferenças (ou Difference-in-Differences, em inglês) é uma técnica estatística bastante usada para avaliar o impacto de políticas públicas ou programas sociais. A lógica central é simples: comparar a mudança de um indicador (como o nível de crime) ao longo do tempo entre dois grupos – um que foi afetado pela política (o grupo tratado) e outro que não foi (o grupo de controle). A ideia é que, se os dois grupos estavam seguindo trajetórias parecidas antes da intervenção, qualquer diferença adicional na mudança ocorrida após a implementação da política pode ser interpretada como o efeito dessa política.

No caso do programa de reconhecimento facial implementado na cidade de São Paulo, o método pode ajudar a estimar seu impacto sobre os níveis de crime e a produtividade policial. A cidade de São Paulo é o grupo tratado, já que foi onde o programa foi adotado. O restante do estado de São Paulo funciona como grupo de controle, pois também é atendido pela mesma polícia estadual, mas sem a introdução do reconhecimento facial no mesmo período.

A comparação funciona assim: primeiro, calculamos a mudança nos indicadores (como crimes registrados ou prisões realizadas) na cidade de São Paulo antes e depois da implementação do programa. Depois, fazemos o mesmo cálculo para as demais cidades do estado. Por fim, subtraímos a mudança observada no grupo de controle da mudança observada no grupo tratado. Essa diferença final nos dá uma estimativa de quanto o programa de reconhecimento facial realmente impactou os resultados, isolando o efeito de tendências gerais que poderiam estar ocorrendo em todo o estado, como variações sazonais ou políticas gerais da polícia.

Além da análise tradicional de Diferença-em-Diferenças, uma forma visual e detalhada de entender os efeitos ao longo do tempo é usar gráficos do tipo event-study, como os produzidos pelo método proposto por Callaway & Sant’anna (2021), implementado no software Stata. Essa abordagem é uma evolução em relação ao método tradicional, pois corrige possíveis distorções que ocorrem quando unidades tratadas mais cedo recebem pesos negativos nas análises convencionais utilizando efeitos-fixos e regressões lineares. O estimador usado neste estudo é o “double robust” (duplamente robusto) proposto por Callaway & Sant’anna (2021), que combina modelos de regressão linear com um ajuste por ponderação de probabilidade inversa, aumentando a confiabilidade dos resultados. Esses gráficos mostram o impacto estimado da política em

diferentes períodos antes e depois da sua implementação, geralmente em relação ao mês imediatamente anterior à intervenção (que serve como referência). No eixo horizontal, temos os períodos (meses) em relação ao momento da implementação, enquanto no eixo vertical aparecem as estimativas de efeito (por exemplo, o impacto sobre o número de crimes).

Um padrão esperado para que um estudo utilizando Diferença-em-Diferenças seja válido é que, antes da implementação (período pré-tratamento), as estimativas não sejam estatisticamente diferentes de zero, o que indica que não havia tendências diferentes entre o grupo tratado e o de controle antes da política. Já após a implementação, qualquer desvio consistente e significativo das estimativas em relação a zero pode ser interpretado como o efeito do programa de reconhecimento facial. Isso permite avaliar não só se houve impacto, mas também quando ele começou e se aumentou ou diminuiu ao longo do tempo.

Apêndice B: Testes de robustez

Resultados excluindo municípios vizinhos de São Paulo (limitar spillovers)

Nesta análise adicional, optamos por excluir da comparação às cidades que fazem divisa com a capital, como Guarulhos, Osasco, Diadema e outras que fazem parte da Região Metropolitana de São Paulo. Essa escolha foi feita para reduzir o risco de que os efeitos observados na capital fossem contaminados por dinâmicas específicas dessas cidades vizinhas, que podem ter condições socioeconômicas ou padrões de policiamento mais semelhantes aos da capital.

Após essa exclusão, os resultados mostram que, antes da implementação do programa Smart Sampa, a taxa de furtos em São Paulo já era menor do que a observada no restante do estado, com um valor negativo e estatisticamente significativo na linha de tendência. No entanto, após a implementação do programa, os resultados de DiD mostram um aumento estimado nas taxas de furtos e roubos, mas sem significância estatística, o que indica que o impacto do reconhecimento facial nesses indicadores não se distingue de zero.

REALIZAÇÃO



APOIO



FORD
FOUNDATION

OPEN SOCIETY
FOUNDATION